A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E CAPITALISMO: INFLEXÕES NO MUNDO DO TRABALHO.

Cátia Cristina Modesto[1].

RESUMO:

O presente artigo apresenta uma breve reflexão teórica sobre a relação capitalismo e espaço; as alterações no mundo do trabalho/direitos sociais a partir da instauração de uma espacialidade capitalista. Por fim, há a reafirmação da necessidade de luta por uma práxis urbana na perspectiva de emancipação do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: direitos sociais, esfera do trabalho, espaço, modo de produção capitalista, práxis urbana.

INTRODUÇÃO:

O presente estudo busca realizar uma reflexão sobre a relação entre o espaço e a reprodução das relações sociais de produção no modo de produção capitalista.

O espaço entendido como fruto da prática social, tem se mostrado como um dos instrumentos que o capitalismo utiliza para garantir a reprodução das relações sociais Lefebvre (2008).

É processo de urbanização que coloca o espaço a serviço do modo de produção de capitalista. Somado ao mesmo ocorre a industrialização, na qual a extração de mais-valia estava fundada na organização do tempo, porém é a partir da década de 1970 diante da crise econômica mundial que o capitalismo passa a se ocupa da regulação do espaço (SOJA, 1993).

Esse contexto de crise promove a reordenação do capitalismo. O mesmo para garantir a sua sobrevivência instaura um processo de reestruturação da esfera do trabalho e promove um ataque direto aos direitos conquistados pelos trabalhadores (SOJA, 1993).

Desta forma, entender a relação espaço e modo de produção capitalista é fundamental para entender o mundo do trabalho e os direitos sociais no marco do neoliberalismo.

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/UFJF. E-mail: camodesto17@hotmail.com

PROBLEMATIZAÇÃO:

O autor Lefebvre (2008) busca entender em seus estudos a função do espaço na reprodução das relações sociais de produção na sociedade capitalista. Com base numa visão critica da realidade, o autor busca apreender como o espaço se imbrica com outras categorias no interior de uma totalidade.

O intelectual francês em seus estudos parte da proposição que o espaço não é neutro, tendo em vista que Lefebvre (2008) considera o espaço vivido, o espaço que é determinado pela práxis social. Assim, através de uma concepção de espacialidade o autor afirma que o espaço é fruto do trabalho do homem, fruto de uma prática social.

Partindo do pressuposto da não neutralidade do espaço, pode-se afirmar que na sociedade capitalista o espaço tem-se mostrado como "instrumento político intencionalmente manipulado" (LEFEBVRE, 2008, p. 44), assim o espaço representa um poder que é atribuído de forma individual ou coletiva. Esse espaço instrumental permite "tanto impor uma certa coesão (pela violência), quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva)." (LEFEBVRE, 2008, p.45).

Desta forma, o espaço funcional instrumental é o "meio e modo" pelo qual a sociedade capitalista organiza/ orienta o consumo, através da garantia da reprodução das forças produtivas. Mas, como bem assinala Lefebvre (2008, p. 47):

> (...) a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja através do espaço inteiro. (LEFEBVRE, 2008, p.48)

Para além de um mero um instrumento de poder, o espaço se encontra imbricado com a reprodução das relações sociais, pois de acordo com a citação acima o espaço é o norteador/orientador de todas as atividades da vida do sujeito, ou seja, o capitalismo supera a ordenação do espaço realizada apenas no espaço do trabalho e se ocupa da ordenação do espaço no cotidiano da vida social. (LEFEBVRE, 2008, p.48)

O autor afirma ainda que a reprodução das relações sociais é ordenada pelo binômio "espaço homogêneo e fragmentado". Assim no sentido amplo (produção e reprodução das relações sociais) há a busca tanto por homogeneização das relações sociais, busca por padronização, quanto por fragmentação das relações dissociando-as da esfera da produção, ou seja, a busca por separação da esfera do trabalho produtivo da reprodução da força de trabalho. (LEFEBVRE, 2008, p. 50). Cabe ressaltar ainda, que a homogeneização e fragmentação expressam o movimento dialético da sociedade capitalista, sendo o espaço também dialético que garante a reprodução das relações sociais de forma contraditória. (SOJA, 1993, p 65). Ao Estado cabe o papel importante de conformar esse espaço.

Assim, a sociedade capitalista realiza dois movimentos que asseguram a conformação do espaço, a saber: posse e controle da propriedade privada do solo; e domínio do conhecimento, da estratégia e da ação do Estado em âmbito global.

Logo, como afirma Soja (1993, p.102) "de uma perspectiva materialista, o que passa a ser importante é a relação entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas, dentro de determinado modo de produção", estruturas como o trabalho e direito social.

É a urbanização a forma pela qual o capitalismo organiza o lugar, de acordo com Soja (1993) é a mesma que promove a transformação do espaço e das relações que o constituem, colocando-os a serviço do capital. Assim de acordo com Soja (1993, p. 65) "a urbanização era uma metáfora resumida da *espacialização* da modernidade e do 'planejamento' estratégico da vida cotidiana, que haviam permitido ao capitalismo sobreviver, reproduzir com êxito suas relações essenciais de produção". Desta forma, o espaço torna-se evidente que o espaço possui um peso brutal para a configuração do capitalismo.

Somado ao processo de urbanização tem-se a industrialização que marca o processo de exploração da classe trabalhadora. No inicio desse processo para a extração da mais-valia a organização social do tempo se mostrava mais relevante do que a organização do espaço. Porém, no capitalismo contemporâneo esse quadro se modifica, pois é num contexto de controle da jornada de trabalho, acordos salariais, reivindicações e lutas da classe trabalhadora; que o capitalismo passou a se dedicar a extração da mais-valia absoluta e construir sistemas com o objetivo de regular a reprodução das relações sociais, ocorrendo portanto nas palavras de Soja (1993, p. 111) uma "troca de importância entre a temporalidade e a espacialidade do capitalismo (...)".

Diante do contexto de crise internacional vivenciada na década de 1970, o caminho seguido pelo capitalismo para garantir a sua sobrevivência é a reestruturação espaço-temporal.

Na contemporaneidade há, portanto, em curso uma reestruturação espacial, temporal e social. Para a sua sobrevivência o capitalismo está promovendo uma reestruturação no mundo do trabalho associada a uma reespacialização. (SOJA, 1993).

Na contemporaneidade, num contexto ordenado pelo neoliberalismo, o qual a esfera do trabalho é regida pelo modelo de acumulação flexível. É possível afirmar que atualmente está ocorrendo uma divisão regional do trabalho, na qual as regiões estão sendo disciplinadas diante do binômio "fuga de capitais e fechamento de fábricas" com introdução de tecnologias que reduzem a demanda por mão de obra. (SOJA, 1993, p. 225-226). Tal divisão regional promove ainda, nas palavras de Soja (1993, p. 226) "uma reindustrialização seletiva, (...) baseada em tecnologias avançadas de produção e centrada nos setores menos sindicalizados", promovendo também um ataque aos direitos trabalhistas conquistados. A entrada de tecnologia como forma de substituição da mão de obra promove ainda, a demissão em massa e a inserção desses trabalhadores no setor terciário, no qual a remuneração é menor e a desregulamentação de direitos é maior. (SOJA, 1993).

Outro elemento que interfere no mundo do trabalho e se relaciona com o espaço é a mudança na "estrutura dos mercados urbanos de trabalho" (SOJA, 1993, p. 226), com a determinação de uma segmentação e fragmentação, onde nos postos de trabalho ocorre uma concentração em extremos opostos dos trabalhadores com alto nível de especialização (e alta remuneração) dos com baixo nível de especialização (e baixa remuneração), desta forma o capitalismo promove uma fragmentação na classe trabalhadora. No espaço tem-se ainda uma segregação residencial baseada em elementos vinculados ao emprego como: raça, etnia, ocupação. (SOJA, 1993).

Outra questão é o crescimento do emprego que se concentra em setores com determinadas características são "bolsões de trabalho comparativamente baratos, mal organizados e fáceis de manipular, e que, desse modo são capazes de competir dentro de um mercado internacional" (SOJA, 1993, p. 226).

Os direitos conquistados pelos trabalhadores também sofrem retrocesso década de 1990 no Brasil, tem-se a instauração do modelo neoliberal, consolidando assim a contra-reforma do Estado.

A contra-reforma iniciou uma reforma do Estado, sob o argumento de aumentar a capacidade e a eficiência do mesmo, porém o que ocorreu foram privatizações e um desmanche da seguridade social (BEHRING & BOSCHETTI, 2009).

Com o processo de Reforma do Estado as políticas sociais são tratadas a partir de um trinômio: privatização, focalização e descentralização. O Estado a partir da Reforma em curso determina que o terceiro setor com suas organizações deva se responsabilizar pela esfera social. Para além desta desresponsabilização vem ocorrendo ainda a criminalização e individualização das mazelas sociais, o que tem sua base na despolitização da questão social (BEHRING & BOSCHETTI, 2009).

De acordo com Lefebvre (2008, p.74):

> (...) Descentralização? Como o Estado centralizado pode ocupar-se da descentralização? Isso é uma fachada, é uma caricatura. Nos projetos descentralizadores, as comunidades locais e regionais não têm efetivas capacidades de gestão; quando muito, elas podem continuar paralisando as iniciativas do poder central, numa certa medida, e ainda se procura arrancar-lhes essa capacidade.

Portanto, é com base na descentralização que os sujeitos sociais têm sua ação despolitizada, enfraquecida. Tal perspectiva visa retirar a responsabilidade de execução das políticas sociais da esfera federal, porém a mesma não confere aos sujeitos a capacidade de coordenar, planejar a política social de acordo com a necessidade regional, local.

É nesse contexto de reestruturação do trabalho e perda dos direito sociais que o sujeito passa por um processo de espoliação, sendo o mesmo desprovido de suas conquistas e direitos, onde até mesmo a cotidianidade da vida do sujeito é controlada.

Por fim, de acordo com Soja (1993, p. 104) diversos autores afirmaram que há na estrutura espacial um potencial para transformação/superação da sociedade capitalista, diante do conflito trabalho x capital, assim para além do espaço enquanto forma de reprodução das relações sociais de produção, o mesmo pode promover uma práxis revolucionária visando transformação do modo de produção. Tal práxis deve lutar pela retomada de controle da vida cotidiana.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto cabe ressaltar que o espaço interfere e sofre interferência do modo de produção capitalista. O mesmo, enquanto elemento inscrito em um modo de produção que promove contradições, também expressa esse movimento contraditório, podendo assim tanto

garantir a alienação do sujeito, quanto promover uma prática revolucionária, visando à emancipação.

É fundamental para os profissionais de serviço social entender como está posta a espacialidade executada pelo capitalismo, pois somente dessa forma será possível compreender, em sua totalidade, as alterações no mundo do trabalho e o retrocesso na garantia das políticas sociais.

Por fim, como forma de enfrentamento, cabe ressaltar que atualmente o espaço urbano é um dos elementos que consolida a ordem burguesa, que impõe o seu domínio cotidianamente na vida do sujeito. (RIBEIRO, 2008). De acordo com Harvey (2012, p. 88) é necessário que as diversas lutas por direitos se unifiquem na luta pelo "direito à cidade", assim uma revolução deve ser urbana, pois essa atacaria centralmente a conexão entre urbanização e "utilização do produto excedente". Tal enfrentamento se dá no cotidiano da vida e envolve a ação dos sujeitos, ou seja, é necessário um projeto político que ordene a ação dos sujeitos no território, que ordene uma práxis.

REFEREÊNCIAS:

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HARVEY, David. **O direito à cidade.** Lutas Sociais, São Paulo: NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, n. 29, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular**. Revista Margem Esquerda, v. 12, p. 25-31, Rio de Janeiro, 2008.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**

crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999